

CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO – CONAT

CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS – CRT
3ª CÂMARA DE JULGAMENTO

ATA DA 24 (VIGÉSIMA QUARTA) SESSÃO ORDINÁRIA VIRTUAL DA 3ª
CÂMARA DE JULGAMENTO DO CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS

Aos 23 (vinte e três) dias do mês de outubro do ano 2020 (dois mil e vinte), às 13h 30min. (treze horas e trinta minutos), após verificado o quórum regimental estabelecido no art. 52 do Regulamento Interno do Conselho de Recursos Tributários do Estado do Ceará (CRT-CE), e amparado pela Portaria nº 158, de 12 de junho de 2020, que regulamenta a realização de sessão de julgamento não presencial por meio de videoconferência, foi aberta a 24ª (vigésima quarta) Sessão Ordinária Virtual da 3ª Câmara de Julgamento do CRT-CE, sob a Presidência do Dr. Francisco Wellington Ávila Pereira. Presentes à Sessão os Conselheiros Alexandre Mendes de Sousa, Felipe Augusto Araújo Muniz, Mikael Pinheiro de Oliveira, Lúcio Flávio Alves, Ricardo Ferreira Valente Filho e Teresa Helena Carvalho Rebouças Porto. Também presente, o Representante da Procuradoria Geral do Estado, Dr. André Gustavo Carreiro Pereira. Presente ainda, secretariando os trabalhos da Câmara, a Sra. Ana Maria Ribeiro de Farias Jorge. Foi lida e aprovada a ata da 23ª Sessão Ordinária Virtual. **Passando-se à ORDEM DIA, foram anunciados os seguintes processos: Processo de Recurso Nº 1/3154/2018 – Auto de Infração nº 1/201806158. RECORRENTE: PLAVINORTE TINTAS PLAVIL DO NORDESTE LTDA. RECORRIDO: CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA. RELATOR: Conselheiro ALEXANDRE MENDES DE SOUSA. Decisão:** Resolvem os membros da 3ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários, por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário, e decidir nos seguintes termos: **1- Quanto ao argumento da recorrente de nulidade do AI por extrapolação do prazo 90 dias para a conclusão da ação fiscal, previsto no art. 821, § 2º do Dec. nº 24.569/97** – Afastada por unanimidade, sob o entendimento de que o prazo legalmente previsto é de 180 dias, conforme o art. 1º, XIII, do Dec. nº. 27.792/2005, que deu nova redação ao parágrafo 2º do art. 821 do Dec. nº 24.569/97, o qual foi devidamente observado no presente caso; **2- Nulidade por cerceamento do direito de defesa – as Notas Fiscais e seus valores lançados no Auto de Infração, não estão relacionadas nas notificações** - Afastadas por unanimidade de votos, posto que ficou demonstrado nos autos que o autuante anexou planilha elencando as notas fiscais e seus respectivos valores, às fls. 14/15 dos autos; **3- No mérito**, por unanimidade de votos, a 3ª Câmara resolve converter o curso do julgamento, em realização de **Perícia**, para verificar as notas fiscais objeto presente lançamento, estão devidamente registradas na contabilidade da empresa. Solicitar a empresa as provas das alegativas feitas no recurso e indicar as-

sistente técnico para acompanhar os trabalhos da perícia. Decisão nos termos do voto Conselheiro Relator, em desacordo com o Parecer da Assessoria Processual Tributária, mas em conformidade com a manifestação oral do representante da Procuradoria Geral do Estado. O Conselheiro Ricardo Ferreira Valente Filho não participou da votação, por estar ausente, devido a problemas técnicos, quando do relato do processo. **Processo de Recurso Nº 1/3246/2018 – Auto de Infração nº 1/201806156. RECORRENTE: PLAVI-NORTE TINTAS PLAVIL DO NORDESTE LTDA. RECORRIDO: CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA. RELATOR: Conselheiro FELIPE AUGUSTO ARAÚJO MUNIZ. Decisão:** Resolvem os membros da 3ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários, por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário, e decidir nos seguintes termos: **1- Quanto ao argumento da recorrente de nulidade do AI por extrapolação do prazo 90 dias para a conclusão da ação fiscal, previsto no art. 821, § 2º do Dec. nº 24.569/97** – Afastada por unanimidade, sob o entendimento de que o prazo legalmente previsto é de 180 dias, conforme o art. 1º, XIII, do Dec. nº 27.792/2005, que deu nova redação ao parágrafo 2º do art. 821 do Dec. nº 24.569/97, o qual foi devidamente observado no presente caso; **2- Nulidade por cerceamento do direito de defesa – as Notas Fiscais e seus valores lançados no Auto de Infração, não estão relacionadas nas notificações** - Afastadas por unanimidade de votos, posto que ficou demonstrado nos autos que o autuante anexou planilha elencando as notas fiscais e seus respectivos valores, às fls. 14/16 dos autos; **3- No mérito**, por unanimidade de votos, a 3ª Câmara resolve converter o curso do julgamento, em realização de **Perícia**, para verificar se as notas fiscais objeto presente lançamento, estão devidamente registradas na contabilidade da empresa. Solicitar a empresa as provas das alegativas feitas no recurso e indicar assistente técnico para acompanhar os trabalhos da perícia. Decisão nos termos do voto Conselheiro Relator, em desacordo com o Parecer da Assessoria Processual Tributária, mas em conformidade com a manifestação oral do representante da Procuradoria Geral do Estado. **Processo de Recurso Nº 1/3162/2018 – Auto de Infração nº 1/201806152. RECORRENTE: PLAVINORTE TINTAS PLAVIL DO NORDESTE LTDA. RECORRIDO: CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA. RELATOR: Conselheiro LÚCIO FLAVIO ALVES. Decisão:** Resolvem os membros da 3ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários, por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário, e afastar as nulidades arguidas pela autuada, de **nulidade do AI por extrapolação do prazo 90 dias para a conclusão da ação fiscal, previsto no art. 821, § 2º do Dec. nº 24.569/97; cerceamento do direito de defesa alegando que as Notas Fiscais e seus valores lançados no Auto de Infração, não estão relacionadas nas notificações e, nulidade do julgamento de 1ª Instância, por falta de clareza nos argumentos do julgador** – Afastada por unanimidade de votos, sob o entendimento de que o prazo legalmente previsto é de até 180 dias, o qual foi devidamente observado no presente caso e, considerando que o auto de infração é claro quanto à acusação e que o processo foi devidamente instruído, inclusive com as informações prestadas pelo próprio contribuinte, bem como o Julgador Singular expôs com clareza, lógica e precisão, as razões de fato e de direito que o convenceram a decidir a questão. Quanto ao pedido de realização de perícia formulado pela parte, foi afastado por unanimidade de votos, nos termos do art. 97, incisos III e IV, da Lei nº 15.614/2014. O Recurso não foi conhecido na parte referente à alegação de que a penalidade aplicada possui caráter confiscatório, ferindo princípio estabelecido na Constitui-

ção Federal. **No mérito**, por unanimidade de votos, a 3ª Câmara resolve, negar provimento ao Recurso Ordinário e, confirmar a decisão **CONDENATÓRIA** de 1ª instância, nos termos do voto do Conselheiro Relator, de acordo com o Parecer da Assessoria Processual Tributária e, em conformidade com a manifestação oral do representante da Procuradoria Geral do Estado. **Processo de Recurso Nº 1/3169/2018 – Auto de Infração nº 1/201806154. RECORRENTE: PLAVINORTE TINTAS PLAVIL DO NORDESTE LTDA. RECORRIDO: CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA. RELATOR: Conselheiro MIKAEL PINHEIRO DE OLIVEIRA. Decisão:** Resolvem os membros da 3ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários, por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário, e afastar as nulidades arguidas pela autuada, de **nulidade do AI por extrapolação do prazo 90 dias para a conclusão da ação fiscal, previsto no art. 821, § 2º do Dec. nº 24.569/97; cerceamento do direito de defesa alegando que as Notas Fiscais e seus valores lançados no Auto de Infração, não estão relacionadas nas notificações e, nulidade do julgamento de 1ª Instância, por falta de clareza nos argumentos do julgador** – Afastada por unanimidade de votos, sob o entendimento de que o prazo legalmente previsto é de até 180 dias, o qual foi devidamente observado no presente caso e, considerando que o auto de infração é claro quanto à acusação e que o processo foi devidamente instruído, inclusive com as informações prestadas pelo próprio contribuinte, bem como o Julgador Singular expôs com clareza, lógica e precisão, as razões de fato e de direito que o convenceram a decidir a questão. Quanto ao pedido de realização de perícia formulado pela parte, afastado por unanimidade de votos, nos termos do art. 97, incisos III e IV, da Lei nº 15.614/2014. O Recurso não foi conhecido na parte referente à alegação de que a penalidade aplicada possui caráter confiscatório, ferindo princípio estabelecido na Constituição Federal. Por ocasião das discussões relativas ao mérito, o Conselheiro Alexandre Mendes de Sousa entendeu necessária uma análise mais detalhada da matéria em questão, para verificar se os destinatários das notas fiscais, apontadas na presente autuação, são contribuintes do ICMS e, **pediu vista** dos autos. O Sr. Presidente, na forma regimental, deferiu o pedido formulado. Decisão nos termos do voto do Conselheiro Relator, em desacordo com o Parecer da Assessoria Processual Tributária, mas em conformidade com a manifestação do representante da Procuradoria Geral do Estado. **Processo de Recurso Nº 1/3161/2018 – Auto de Infração nº 1/201806151. RECORRENTE: PLAVINORTE TINTAS PLAVIL DO NORDESTE LTDA. RECORRIDO: CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA. RELATOR: Conselheiro RICARDO FERREIRA VALENTE FILHO. Decisão:** Resolvem os membros da 3ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários, por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário, e afastar as nulidades arguidas pela autuada: **1- Nulidade do AI por extrapolação do prazo 90 dias para a conclusão da ação fiscal, previsto no art. 821, § 2º do Dec. nº 24.569/97; cerceamento do direito de defesa alegando que as Notas Fiscais e seus valores lançados no Auto de Infração, não estão relacionadas nas notificações** – Afastada por unanimidade de votos, sob o entendimento de que o prazo legalmente previsto é de até 180 dias, o qual foi devidamente observado no presente caso e, considerando que o auto de infração é claro quanto à acusação e que o processo foi devidamente instruído, inclusive com as informações prestadas pelo próprio contribuinte. **2- Em relação à glosa de créditos de ICMS**, segundo entende este egrégio colegiado, agiu corretamente o agente do Fisco, porquanto o crédito fiscal apontado como indevido foi efetiva-

mente aproveitado pelo contribuinte. **3- Quanto ao pedido de realização de perícia formulado pela parte**, afastado por unanimidade de votos, nos termos do art. 97, incisos III e IV, da Lei nº 15.614/2014. **4-** O Recurso não foi conhecido na parte referente à alegação de que a penalidade aplicada possui caráter confiscatório, ferindo princípio estabelecido na Constituição Federal. **No mérito**, por unanimidade de votos, a 3ª Câmara resolve, negar provimento ao Recurso Ordinário e, confirmar a decisão **CONDENATÓRIA** de 1ª instância, nos termos do voto do Conselheiro Relator, de acordo com o Parecer da Assessoria Processual Tributária e, em conformidade com manifestação oral do representante da Procuradoria Geral do Estado. **Nada mais havendo a tratar**, o Sr. Presidente deu por encerrados os trabalhos, tendo antes convocado os membros da Câmara a participarem da próxima sessão ordinária virtual, a realizar-se no dia 26 (vinte e seis) de outubro do corrente ano, às 13h30min. (treze horas e trinta minutos). E para constar, eu, Ana Maria Ribeiro de Farias Jorge, Secretária da 3ª Câmara, lavrei a presente ata que vai por mim subscrita e assinada pelo Presidente da Câmara de Julgamento, na forma do parágrafo único do art. 13 da Portaria nº 158/2020, de 12 de junho de 2020.

Francisco Wellington Ávila Pereira
PRESIDENTE DA 3ª CÂMARA

Ana Maria Ribeiro de Farias Jorge
SECRETÁRIA DA 3ª CÂMARA